

# Orçamento será de Cr\$ 470 trilhões

## Congresso recusa eliminação da verba dos Ciacs

**B**RASÍLIA — Por voto de liderança, o Congresso aprovou ontem à noite o Orçamento da União para 1992, prevendo receitas e despesas de Cr\$ 470 trilhões. O PT e o PDT mantiveram seus votos contrários ao texto final do relator, mais de caráter político do que contrário ao mérito do relatório final apresentado pelo líder do bloco governista na Câmara, Ricardo Fiúza (PFL-PE).

Após a aprovação global do orçamento, estavam na pauta vários destaques, o principal deles apresentado pelo PMDB, prevendo a supressão de toda a verba destinada à construção de 940 Ciacs. O plenário, porém, rejeitou o destaque. Na Comissão Mista já havia sido aprovada uma redução de Cr\$ 392,9 bilhões, tirados do total de Cr\$ 1 trilhão previstos exclusivamente para a construção dos centros e deslocados para a manutenção das escolas. Também ficou garantida para a construção da Linha Vermelha - via alternativa

para a Avenida Brasil, no Rio de Janeiro — uma dotação de US\$ 50 milhões.

“Acabamos discutindo verbas e deixamos de lado as metas e prioridades do governo”, criticou o vice-líder do PSDB, deputado Sérgio Machado (CE). Tanto ele quanto o líder do PT na Câmara, José Genoíno (SP), admitem avanços, como formação de uma comissão para acompanhar e fiscalizar a execução do orçamento pelo governo, no ano que vem, mas acreditam que, ao final, prevaleceram os interesses paroquiais. “Espero, no ano que vem, poder finalmente discutir as prioridades nacionais, fugindo da visão de Câmara municipal”, disse Genoíno.

“Mais uma vez o Congresso mostrou-se sem os instrumentos técnicos necessários para elaborar a proposta orçamentária, por falta de informações, pelo atraso na entrega dos relatórios e até pelos erros grosseiros do trabalho final, apresentado às pressas pelo relator”, argumenta Sérgio Machado (PSDB-CE). Entre os erros grosseiros do relatório final de Fiúza está uma verba que aparece no Acre, embora seja destinada à construção de uma estrada em Cabo Frio (RJ), com recursos da Secretaria de Desenvolvimento Regional.

## 20 DEZ 1991 Pernambucanos ditaram a rota dos recursos

**U**ma verdadeira República de Pernambuco tomou o poder na Comissão Mista de Orçamento, depois da derrocada do esquema João Alves (PFL-BA), destituído do cargo de relator-geral no início de novembro. O posto de Alves foi ocupado pelo pernambucano Ricardo Fiúza (PFL-PE), que, segundo líderes de esquerda que acompanharam seu trabalho na comissão, não se utilizou do estilo camuflado de negociações patrocinado por Alves, mas comandou um grupo de conterrâneos que agiu de forma ostensiva e profissional.

Os principais personagens da República de Pernambuco no orçamento, são, além do próprio Fiúza, o sub-relator da área do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), deputado Sérgio Guerra (PSB); seu auxiliar na subcomissão, deputado José Carlos Vasconcelos (PRN); o diretor-geral do DNER, Antônio Carlos Perrucci; o secretário nacional de Transportes, José

## JORNAL DO BRASIL

Henrique D'Amorim; e o presidente da comissão, Ronaldo Aragão, que embora eleito senador pelo PMDB de Rondônia, é pernambucano de nascimento. E, de quebra, ainda contou a influência do primeiro-secretário da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL).

O principal resultado desta aliança foi a alocação, na última hora, de nada menos que Cr\$ 1,84 trilhão para o DNER no orçamento do ano que vem. A Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco (Codevasf) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) — órgãos de importância fundamental para a região — foram premiados com mais Cr\$ 774,8 bilhões. Os projetos de irrigação, vitais para todo o Nordeste, ganharam mais Cr\$ 212 bilhões. “Diferente de João Alves, Fiúza agiu às claras, e conversou com todo mundo para fazer seu relatório final”, admite o líder do PT, deputado José Genoíno. “Mas, no final, o que acabou prevalecendo foi o velho esquema viciado pelo domínio dos governadores e no qual os deputados atuam como vereadores federais, privilegiando suas bases eleitorais”, critica o líder.